

Racismo e antirracismo na educação

Repensando nossa escola

Eliane Cavalleiro (org.)





RACISMO E ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO

Repensando nossa escola

Copyright © 2001, 2024 by autores

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Preparação: **Janaína Marcoantonio e Mariana Marcoantonio**

Revisão: **Samara dos Santos Reis**

Capa: **Delfin [Studio DelRey]**

Projeto gráfico: **Crayon Editorial**

Diagramação: **Natalia Aranda**



Selo Negro Edições

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7º andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.selonegro.com.br>

e-mail: selonegro@selonegro.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil





Sumário

Apresentação à nova edição	7
<i>Eliane Cavalleiro</i>	
Apresentação à primeira edição	11
<i>Eliane Cavalleiro</i>	
1. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCN	15
<i>Elisabeth Fernandes de Sousa</i>	
2. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial	41
<i>Cidinha da Silva</i>	
3. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade	59
<i>Nilma Lino Gomes</i>	
4. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos	73
<i>Isabel Santos Mayer</i>	
5. Sankofa: educação e identidade afrodescendente	89
<i>Elisa Larkin Nascimento</i>	





6. Educação antirracista: compromisso indispensável para
um mundo melhor 113

Eliane Cavalleiro

7. Negritude, letramento e uso da oralidade 133

Ana Lucia Silva e Souza

8. Personagens negros na literatura infantojuvenil:
rompendo estereótipos 147

Andréia Lisboa Sousa Johnson





Apresentação à nova edição

Em 2001, quando reuni os artigos que compõem esta coletânea, a Lei n. 10.639, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 9.294, de 1996), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras no ensino fundamental e médio, representava apenas uma demanda há muito tempo pleiteada pelos movimentos negros no Brasil. Iniciada sobretudo com as reivindicações feitas pela Frente Negra Brasileira na década de 1930, tal demanda trazia uma visão transformadora para o sistema educacional. O objetivo dos ativistas dos movimentos negros era que o sistema educacional fosse capaz de promover qualitativamente o desenvolvimento de todas as crianças, reconhecendo a dignidade das pessoas negras, as lutas de negros e negras escravizados e a existência de práticas racistas e discriminatórias — valorizando, assim, a presença e a participação da diversidade racial em nossas escolas.

Agora, com a Lei n. 14.645/2023 — que, além de alterar a LDB n. 9.294/96 em vários artigos, inclui novos textos para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional —, continuamos empenhados na luta para concretizar uma educação antirracista, visto que o cumprimento da Lei n. 10.639 continua sendo desrespeitado ou se mostra frágil na maioria das escolas brasileiras.¹ Muito embora a referida lei tenha alterado a LDB em vigor, ela ainda não conseguiu mudar práticas racistas e preconceituosas que atuam tanto na gestão dos sistemas de ensino como em sala de aula. Ou seja,

1. Beatriz Soares Benedito, Suelaine Carneiro e Tânia Portella (orgs.), *Lei 10.639/03 — A atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Instituto Alana, 2023.





Eliane Cavalleiro (org.)

ainda hoje encontramos profissionais da área que desrespeitam as normas que orientam seu trabalho. Muitos deles, mesmo diante de inúmeros dados quantitativos e qualitativos que provam como essas práticas se mostram danosas no cotidiano escolar, se recusam a encampar a educação antirracista por considerarem-na ilegítima. Outros agem assim simplesmente por não desejarem uma mudança substancial no que tange às questões raciais em nossa sociedade.

Decorridos 21 anos da promulgação da Lei n. 10.639, urge refletirmos sobre os desafios persistentes e a necessidade premente de ações concretas para efetivar uma educação que combata o racismo em todas as suas manifestações, garantindo um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e qualitativo.

Assim, esta coletânea permanece atual, mostrando as iniquidades no desempenho educacional das nossas crianças, observando as práticas racistas e discriminatórias que persistem no cotidiano escolar como um todo — na pedagogia, na gestão e nas relações sociais estabelecidas em nossas escolas.² Certamente, tais elementos nos convidam a reconhecer e debater os reflexos profundos do racismo no processo de ensino e aprendizagem na educação formal.

Nesse cenário desafiador, a presente coletânea não apenas mantém sua relevância como também se revela uma oportunidade para estabelecer um diálogo franco e aberto sobre a diversidade, incluindo um olhar sobre a branquitude. Além disso, ela se destaca como um espaço de reflexão sobre as flagrantes desigualdades no desempenho educacional de nossas crianças. Nesse sentido, nos instiga a identificar os desafios presentes e a promover ações concretas para transformar essas realidades.

Aqui, prestamos nossa reverência aos professores e demais profissionais da educação que se mostram empenhados em pavimentar os caminhos da educação antirracista. Aplaudimos a coragem e a entrega com que se dedicam a construir um ambiente escolar que reconhece e

2. É importante esclarecer que, nesta edição, não contamos com o texto de Jeruse Romão, atendendo a um pedido específico dela própria. Também não foi possível obter autorização de César Rossatto para a publicação de seu artigo, escrito em colaboração com Verônica Gesser, o que infelizmente nos levou a excluí-lo.



celebra a diversidade. Enxergamos esses educadores como os arquitetos visionários de espaços de aprendizagem nos quais cada aluno, além de absorver conhecimento, sente-se genuinamente respeitado, valorizado e capacitado para florescer.

Além de transmitir conhecimento com empatia e dedicação, esses profissionais conscientes da luta antirracista influenciam todos a seu redor. Eles constituem os guias essenciais dos estudantes, orientando-os a compreender a importância da igualdade e da justiça social. Entendemos que a educação por eles promovida transcende a mera transmissão de informações, sendo, na verdade, a construção ativa de um mundo onde cada criança se percebe como parte vital, reconhecendo e valorizando suas raízes culturais.

Portanto, esses educadores compõem os pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e carregada de afeto para todos. Mostram-se agentes incansáveis na edificação de um futuro em que a diversidade não é apenas tolerada, mas verdadeiramente celebrada como fonte de enriquecimento e entendimento mútuos.

Desse modo, confiantes em nossa perspectiva antirracista, temos imensa satisfação ao ver que nosso trabalho tem impactado milhares de educadores ao longo desses anos, contribuindo para uma educação que celebra todos os alunos e todas as alunas no cotidiano escolar. Aos novos leitores, meu coração transborda com o sincero desejo de que, ao folhearem estas páginas, encontrem mais do que palavras: encontrem pedaços de conhecimento que se entrelaçam com o profissionalismo e a inspiração que ecoam nas salas de aula da vida. Que cada página seja uma janela para uma prática pedagógica carregada de afeto e significado. Que vocês se tornem artesãos da experiência educacional — na qual os alunos, além de aprender, compartilham suas histórias, transformando a escola em um vasto horizonte de respeito. E que sejam capazes de criar espaços para explorar e desafiar ideias, reconhecendo e confrontando dinâmicas opressoras e celebrando a diversidade racial brasileira.

ELIANE CAVALLEIRO



Apresentação à primeira edição

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Paulo Freire

O Brasil adiou ao máximo o dever de libertar os africanos e seus descendentes escravizados. Carregamos a desprezível marca de ser a última nação do mundo a abolir a escravidão. Lutamos ainda hoje para que tenhamos uma democracia substantiva.

Esta obra deseja contribuir para o processo de reflexão de profissionais da educação na elaboração de estratégias de combate ao racismo no ambiente escolar e na sociedade em geral.

A reflexão sobre nossos valores, crenças e comportamentos é imprescindível para compreendermos o racismo, a discriminação e o preconceito raciais na sociedade, bem como seus efeitos na nossa vida.

Falar sobre esses temas no ambiente escolar não é realizar um discurso de lamentação, mas dar visibilidade à discriminação de que crianças e adolescentes negros são objeto. Os indicadores de tal situação são vários e lamentáveis.

Nas escolas, o racismo se expressa de múltiplas formas: negam-se as tradições africanas e afro-brasileiras, nossos costumes, nossa filosofia de vida, nossa posição no mundo... Negam nossa humanidade.

Se desejamos um país com justiça social, é imperativo que transformemos nossas escolas em um território de equidade e respeito; um espaço adequado à formação de cidadãos.





Eliane Cavalleiro (org.)

Entrar em um debate sério sobre esses elementos implica definir uma política educativa que rompa com o *status quo*, conteste os fatos de maneira profunda e consciente e evidencie a inexistência de uma democracia racial em nosso país.

Racismo e antirracismo na educação — Repensando nossa escola reúne textos articulados em torno do tema diversidade racial no ambiente escolar, que procuram estabelecer uma nova percepção sobre as escolas brasileiras. Nele, o leitor encontrará ideias essenciais para o enfrentamento do problema racial no espaço escolar.

O artigo que abre a obra¹ — “A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses”, de César A. Rossatto e Verônica Gesser — traz à luz aspectos da branquitude que são apresentados/reforçados diariamente pelas agências socializadoras (principalmente família e escola) aos indivíduos negros e brancos. Os autores apresentam narrativas de suas pesquisas baseadas em suas vivências, observadas em experiências crivadas pelo fator branquitude tanto no sul do Brasil, onde ambos nasceram, como nos Estados Unidos, onde residem. Assinalam que repensar a raça e a experiência brancas só é possível por meio da conscientização crítica das novas gerações.

Por sua vez, Elisabeth Fernandes de Sousa, em “Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCN”, interpreta o enfoque dado à questão racial na revista *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). No primeiro objeto de análise, Elisabeth evidencia a existência de um número reduzido de pesquisas sobre relações raciais e educação, e aponta uma produção incipiente, evidenciando a descontinuidade da reflexão racial.² No segundo, a autora, ao se ater detalhadamente ao tema transversal “pluralidade cultural” dos PCN para a abordagem da

1. Ver nota na página 8. [N. E.]

2. Uma busca rápida na biblioteca digital da Universidade de São Paulo (USP) utilizando os termos “relações raciais” e “educação” revela que, entre os anos de 2000 a 2023, apenas cem trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado e teses de doutorado) abordaram o tema. Em outra instituição referência, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), os resultados são ainda menores: 17 trabalhos entre 2003 e 2022. [N. E.]



questão racial na educação, enfatiza que existe um vasto debate teórico sobre o tema, porém de forma solta, muitas vezes contraditória, que não dá conta de orientar ações no espaço escolar.

No artigo “Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial”, Cidinha da Silva apresenta a experiência do Geledés — Instituto da Mulher Negra em formar educadores/as para combater o racismo. Discute a ideia de que uma formação consistente sobre as relações raciais brasileiras colabora para que os educadores se engajem na luta para reverter a discriminação em sala de aula e as desigualdades na sociedade.

O artigo de Nilma Lino Gomes, “Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade”, remete-nos a um tema clássico e atual. Discute aspectos importantes da escola brasileira tendo como mote central o tratamento que esta tem dado à história e à cultura de tradição africana. Evidencia também a necessidade de valorizar a questão racial na nossa prática pedagógica, bem como nas políticas educacionais.

Em “A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos”, Isabel Santos Mayer nos apresenta duas experiências de educação intercultural em escolas italianas e mostra como professores/as e escolas brasileiros vêm lidando com a diferença racial. Isabel sublinha a responsabilidade da escola em contribuir para transformar os processos de exclusão social. Para a autora, a escola pode “impulsionar uma ação cultural e política, a caminho da transformação da sociedade, por meio da transformação do indivíduo e das relações sociais”.

“Sankofa: educação e identidade afrodescendente”, de Elisa Larkin Nascimento, é uma contribuição valiosa para subsidiar o pensamento e a elaboração de medidas concretas a fim de afirmar positivamente a identidade do estudante negro. Elisa critica a hegemonia do etnocentrismo ocidental e revela mecanismos da dominação patriarcal e colonial. Os dados reunidos nesse capítulo contribuem para a construção de uma ação pedagógica positiva para todos os grupos sociais e crianças brasileiras.



Eliane Cavalleiro (org.)

Em meu artigo “Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor”, ao analisar acontecimentos recorrentes no ambiente escolar, enfatizo a importância da intervenção dos educadores na organização de uma escola que favoreça o desenvolvimento de todos os presentes. Penso formas de examinarmos o espaço escolar a fim de saber quando estamos educando para o reconhecimento da igualdade humana ou colaborando para a permanência e a difusão da discriminação na escola e na sociedade.

Em “Negritude, letramento e uso social da oralidade”, Ana Lucia Silva e Souza evidencia o uso da palavra como “instrumento capaz de permitir que a criança e o jovem, especialmente o negro, olhe para si próprio e para o outro sujeito usuário como produtor e reproduzidor de uma cultura e de saberes”. Para a autora, o domínio e o uso social da linguagem são determinantes na estruturação das relações sociais que se constroem no cotidiano; pensá-los no dia a dia escolar é imprescindível para que os/as estudantes redescubram sua cultura.

O artigo de Andréia Lisboa Sousa Johnson, “Personagens negros na literatura infantojuvenil: rompendo estereótipos”, tece uma análise sobre a personagem negra em livros de literatura infantojuvenil, sensibilizando nosso olhar para ilustrações e conteúdos positivos sobre o grupo negro. Andréia almeja uma “reeducação quanto à visão estereotipada do negro”.

Em todos os capítulos, notaremos a preocupação em ressaltar a importância da escola como uma instituição construtiva da cidadania como patrimônio coletivo. Todos cooperam para que conheçamos um pouco mais sobre as necessidades dos/as estudantes negros/as.

Racismo e antirracismo na educação — Repensando nossa escola é nossa contribuição para que as escolas brasileiras não sejam as últimas a banir o racismo, a discriminação e o preconceito de seu cotidiano.

ELIANE CAVALLEIRO





1. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCN¹

Elisabeth Fernandes de Sousa

Negrinha era uma pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados.

Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças.

[...]

Mas a dura lição da desigualdade humana lhe chicoteou a alma.

Beliscão no umbigo, e nos ouvidos, o som cruel de todos os dias: “Já para o seu lugar, pestinha! Não se enxerga?”

[...]

Morreu na esteira rota, abandonada de todos, como um gato sem dono. Jamais, entretanto, ninguém morreu com maior beleza [...].

Depois, a vala comum. A terra papou com indiferença aquela carnezinha de terceira — uma miséria, trinta quilos mal pesados.

Monteiro Lobato, *Negrinha*

Na formação de professores, há diversas questões de âmbito político-pedagógico que me parecem pouco tangenciadas. São exemplos delas as crianças e os adolescentes em situação de risco, as populações migrantes e imigrantes, o relacionamento entre escola e família, as especificidades de escolas públicas e particulares; e entre tantos esquecimentos e imprecisões está, a meu ver, o debate sobre a condição e a educação de crianças negras. Na escolha do tema, foi também relevante o fato de eu ser uma educadora negra.

1. Análise de artigos sobre o negro e a educação no Brasil, segundo publicações da Fundação Carlos Chagas nas décadas de 1980 e 1990.

